

Arinos só aceita comissão forte

RIO
AGÊNCIA ESTADO

21 1985

O jurista Afonso Arinos de Mello Franco afirmou ontem, em entrevista exclusiva a O Estado, que não aceitará ficar na presidência da comissão constitucional se ocorrer seu esvaziamento, ou seja, caso a comissão apenas se dedique a questões de ordem geral relativas a uma Constituição sem elaborar um texto constitucional. Arinos lembrou o convite feito pelo presidente eleito Tancredo Neves para aceitar essa missão, o qual foi endossado pelo presidente José Sarney.

Além disso, sem a cooperação dos partidos políticos "não faremos a futura Constituição do Brasil; e, se não a fizermos, será por culpa dos partidos", cujo alheamento foi denunciado por Arinos, que reconheceu, entretanto, o papel decisivo que tiveram na campanha das diretas, viabilizando posteriormente a eleição de Tancredo e Sarney. "É verdade. Eles tiveram um desempenho decisivo, mas deixaram a continuidade da ação para a praça pública, em vez de assumirem sua coordenação. Após despertarem o Brasil para o voto direto e para a criação da Nova República, o que fizeram? Mais nada. Depois disso, fizeram as listas para as nomeações e seus representantes nos governos dos Estados fizeram agora outras nomeações" — desabafou o ex-chanceler. Segundo Arinos, os partidos não estão correspondendo à expectativa de toda a Nação, no momento em que se torna fundamental haver "a formalização jurídica do regime democrático e das aspirações nacionais simbolizadas pela Nova República".

Para o professor, "o problema da Constituinte e o conceito de Constituição deixou de ser um assunto reservado aos juristas, e passou a ser matéria que provoca interesse e esperança de círculos muito mais largos da sociedade". "Então, é natural que estas esperanças e reivindicações, que são também frustrações, ressentimentos e mágoas que a vida social brasileira recente impôs à população, tornem o problema da Constituição um pouco mitológico, de acordo com o conceito de que o mito é uma convergência de paixões, mas não de razões" — disse Afonso Arinos.

Segundo o presidente da comissão constitucional, "essa situação se torna mais delicada pela falta de condutos políticos eficazes, que transportam esses sentimentos e estas esperanças de grandes setores da população". Para indicar a penetração da discussão em torno da Constituinte, que considera válida e natural, o ex-chanceler citou o interesse de lideranças indígenas em assegurarem uma representação na Constituinte, e até mesmo, de acordo com informação publicada pela imprensa, "de mulatas de *dancings*, que consideraram muito importante o papel que a Constituinte exercerá".

Afonso Arinos destacou a existência do mito de que "a Constituição será o remédio milagroso para resolver os problemas atuais da sociedade brasileira", e advertiu, ao mesmo tempo, para "a falta de canais políticos, que sejam também jurídicos, que transportem todas as aspirações para um plano de elaboração jurídica, e aí se nota a enorme falta que fazem os partidos".

O jurista disse que os grupos de pressão social (que ele faz questão de não confundir com os que praticam o lobby "se manifestam, mas não se articulam juridicamente, apesar de se manifestarem social e passionalmente").

"Eu, por exemplo, que sou professor de Direito, estou sendo acusado de ser 'elitista', e o que se chama 'elitista' é ter uma concepção da formulação jurídica das reivindicações sociais. Como as pessoas que estão me acusando disso não entendem

nada de Direito, a linguagem usada é obscura para eles, e eles pensam que a linguagem obscura é uma linguagem 'elitista'."

Ao defender a participação dos partidos políticos como verdadeiros canais de comunicação das aspirações nacionais, e ainda ao dar ênfase à necessidade de "as pressões sociais serem feitas de uma forma politicamente organizada", Afonso Arinos destacou a importância da representação em um regime democrático.

"Não há maneira de se praticar a democracia a não ser através da representação. Todas as tentativas em contrário se têm mostrado tendentes à formação de ditaduras. Quando se retira a prática da representação, ou vem uma ditadura supostamente significativa da massa não organizada, e nesse caso de esquerda, ou surge uma ditadura de direita. O que precisamos é viabilizar juridicamente o regime democrático" — disse o presidente da comissão constitucional.

Arinos revelou sentir-se "constrangido ao afirmar que os partidos

coisa lamentável que foi o 'festival de nomeações' até o último dia permitido. São centenas de milhares de nomeações. A política parece ter ficado entregue não mais aos partidos, mas sim aos Estados, e os governadores ficaram preocupados em atender a grupos, correligionários. E os partidos, por sua vez, fizeram a mesma coisa, no momento em que atuaram há dois meses, voltaram-se para aquelas listas de primeiro escalão, segundo escalão, terceiro escalão."

Para o jurista, a função dos partidos "não é defender os interesses dos correligionários, mas sim conduzir a reestruturação institucional de uma forma na qual o Direito Constitucional, o Direito Político, a ciência política e a Sociologia Política concretizem as aspirações para uma forma escrita".

Segundo Afonso Arinos, a assertiva de que "a constituição emana naturalmente das aspirações populares" pode ser "válida do ponto de vista retórico, mas não de uma nação organizada politicamente, porque nesta os partidos políticos serão os instrumentos que tornarão realidade as aspirações nacionais". "Essa colocação sobre a Constituição reflete uma atitude um pouco religiosa, mas nem na religião isso funciona. Não há religião sem evangelização, sem uma fundamentação teológica. Ainda que a Constituição, no fundo, seja feita pelo povo, que juridicamente é o eleitorado organizado."

OS PONTOS PRINCIPAIS

Arinos ressaltou que a nova Constituição não será uma Carta Magna para a crise, mas sim para o Brasil. Não será uma Constituição para a próxima eleição, mas sim para as gerações futuras do País. "Não podemos confundir os pontos capitais da Constituição com os pontos capitais da crise. Se a Constituição for feita para vencer a crise, depois de vencida a crise a Constituição desaparece? Temos de vencer a crise, porque, se não a vencermos, o Brasil naufraga. A Constituição não será feita para vencer a crise, porque isso seria uma bobagem; ela será feita para consolidar o Estado democrático. O primeiro ponto capital será o regime de governo. E a tradição anti-parlamentar de São Paulo tem de ser revista, porque está suficientemente provado que o presidencialismo no Brasil nunca existiu, e é inviável."

O professor fez a defesa da criação de um sistema de governo para o Brasil "que não seja o presidencial" mas "permita uma divisão das responsabilidades, da incorporação das maiorias parlamentares ao Poder Executivo. E isso funciona na Europa, onde se criaram os tribunais constitucionais; um parlamentarismo brasileiro".

O segundo ponto capital da nova Constituição será, para Afonso Arinos, o restabelecimento da Federação. Ele afirmou que "o problema federal hoje envolve a questão da centralização tributária, que faz da União o árbitro da vida dos Estados a respeito de tudo; e a fiscalização da ação do governo e a própria fiscalização governamental são altamente complexas".

O terceiro ponto principal da nova Constituição, segundo Arinos, "será o relativo à atuação das Forças Armadas". Para o jurista, as instituições militares poderão ter um papel mais importante no desenvolvimento e na integração nacional. Arinos pretende receber subsídios das Forças Armadas para executar seu trabalho na comissão constitucional, tanto em relação às normas que regulam as atividades das Armas quanto para a política de segurança nacional. "Já conversei com alguns ministros militares, e acho que os ministros militares brasileiros de hoje não parecem militares latino-americanos, mas sim europeus, por serem sensíveis às aspirações do momento histórico" — concluiu.

Hélio Contreiras

Do grupo de "bacharéis"

Afonso Arinos de Mello Franco, 79 anos, mineiro, é um dos juristas brasileiros que tiveram maior atuação parlamentar: foi um dos mais destacados integrantes da "Banda de Música" da UDN, que também eram chamados de "bacharéis".

De uma família de atuação parlamentar tradicional, ele começou a carreira política em Minas, elegendo-se deputado federal, mas depois concorreu ao Senado pelo Rio de Janeiro, elegendo-se com boa margem de votos.

Professor de Direito Constitucional das universidades Federal do Rio de Janeiro e do Estado do Rio de Janeiro, Afonso Arinos fez um minucioso estudo sobre a problemática constitucional brasileira, no Instituto de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, e chegou a ser cogitado no governo Figueiredo para uma comissão constitucional. Seu pensamento considerado liberal acabou por se tornar obstáculo à sua participação na reformulação que começava a ser projetada pelo Palácio do Planalto, e que acabou mais restrita do que se imaginava no meio político.

Afonso Arinos é filho de outro constitucionalista, Afrânio de Mello Franco, que elaborou a Constituição de 1934, que não chegou a ser aceita por Getúlio Vargas: este acabou impondo, em 1937, a Constituição do Estado Novo.

políticos não têm consciência do seu papel histórico", mas, como cientista político, tem "o dever de constatar os fatos políticos". O professor destacou a figura do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que para ele não tem conseguido realizar a obra política que lhe está destinada na reinstitucionalização do País — não por limitações pessoais, mas sim por problemas partidários. A mesma crítica feita ao PMDB Arinos faz ao Partido da Frente Liberal, ressaltando também aí "o respeito a Aureliano Chaves e a Marco Maciel, entre outros políticos de alto nível desse partido".

FESTIVAL DE NOMEAÇÕES

Afonso Arinos disse que o País está voltando um pouco à situação da Primeira República: os partidos são os Estados. "Estes se transformaram nos partidos. Assim como havia a política mineira, a política gaúcha, pernambucana, isso está voltando, porque os partidos nacionais estão desaparecendo."

"Os governadores fizeram essa

Para Brossard, prazo é suficiente

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

O ex-senador Paulo Brossard afirmou ontem em Bagé, a 72 quilômetros de Porto Alegre, que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais deverá elaborar o anteprojeto a ser apreciado pela Constituinte "a partir de nossas experiências, infelizes e com os olhos voltados para casos do gênero que deram certo em outros países". E, para isso, acha que há tempo suficiente, já que a Comissão se instala no dia 20 e deve-

rá terminar seus trabalhos em abril. Segundo ele, o prazo é suficiente para que todas as correntes de opinião possam se manifestar, principalmente "para que as pessoas dotadas de profundo conhecimento jurídico tenham tempo de reduzir as fórmulas apresentadas a uma proposta legal, em condições de ser analisada pela Assembléia Nacional constituinte".

O advogado gaúcho, que pensa que a Comissão não deve ter mais de dez membros, e não menos de cinco, disse que, provavelmente, o trabalho

do órgão seja acusado de elitista, pois "a discussão só foi travada, até o momento, em termos muito genéricos". Segundo Brossard, não se pode exigir da população uma opinião segura sobre o que deseja da nova Constituição brasileira. Assim, entende que a Comissão deverá travar uma "verdadeira batalha jurídica, tomando por base os anseios já apresentados pela sociedade". A partir disso, acredita que ela será acusada de elitista, "mas estará apenas trabalhando em cima da realidade constitucional" comentou.

ANU
CPEC
X